

# RELATÓRIO

## DIÁLOGO COM A SOCIEDADE



04 DE JULHO DE 2025

## 6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL

*Parceria para Governo Aberto*



**CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

**Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A, Ed. Multibrasil,  
70.070-050, Brasília/DF**

**VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO**

**Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União**

**EVELINE MARTINS BRITO**

**Secretária-Executiva**

**RONALD DA SILVA BALBE**

**Secretário Federal de Controle Interno**

**FERNANDA ALVARES DA ROCHA**

**Corregedora-Geral da União**

**VALDIRENE PAES DE MEDEIROS**

**Ouvidora-Geral da União**

**MARCELO PONTES VIANNA**

**Secretário de Integridade Privada**

**PATRICIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA**

**Secretária de Integridade Pública**

**LIVIA OLIVEIRA SOBOTA**

**Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação**

## SUMÁRIO

Introdução – Relatório Diálogo com a Sociedade Civil .....	4
Sobre as edições dos Diálogos com a Sociedade Civil .....	5
3º Diálogo com a Sociedade Civil.....	6
Apresentações dos Coordenadores de Compromisso .....	7
<i>Compromisso 1: “Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura” .....</i>	<i>7</i>
<i>Compromisso 2: “Dados para o Enfrentamento Coletivo da Corrupção” .....</i>	<i>10</i>
<i>Compromisso 3: Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia (ciência aberta) .....</i>	<i>12</i>
<i>Compromisso 4: “Cultura de Acesso à Informação” .....</i>	<i>15</i>
<i>Compromisso 6 “Educação Digital e Midiática para Pessoas Idosas” .....</i>	<i>19</i>
<i>Compromisso 7: “Melhores Serviços para a Agricultura Familiar” .....</i>	<i>21</i>
<i>Compromisso 8: “Participação social e educação popular nos territórios” .....</i>	<i>24</i>
Contribuições ao Formulário .....	27
Conclusão.....	29

## Introdução – Relatório Diálogo com a Sociedade Civil

O "**Diálogo com a Sociedade**" é um canal de comunicação e articulação criado para fortalecer a troca de informações, o engajamento e a participação no 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto. A iniciativa visa apresentar os resultados dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Parceria para Governo Aberto (OGP), além de ampliar o envolvimento da sociedade em sua implementação.

Seu principal objetivo é estabelecer uma plataforma periódica de diálogo com os diversos atores envolvidos e interessados, com ênfase na participação da sociedade civil. A iniciativa favorece a circulação de informações sobre o andamento dos oito compromissos, ao mesmo tempo em que oferece um espaço aberto para questionamentos, sugestões de aperfeiçoamento e apoio à implementação das ações. O envolvimento amplo de diferentes atores fortalece as relações entre governo e sociedade, ampliando a confiança mútua — elemento essencial para a construção de parcerias sustentáveis e capaz de enfrentar desafios e aprofundar a democracia.

O **Diálogo com a Sociedade** foi incorporado como uma inovação metodológica no processo de implementação e monitoramento dos Planos de Ação de Governo Aberto, em consonância com os **Padrões de Participação e Cocriação da OGP**<sup>1</sup>. Esses padrões orientam os países a garantirem oportunidades inclusivas e baseadas em informações acessíveis para promover um diálogo contínuo e colaborativo ao longo da execução e acompanhamento dos planos de ação.

Para o Brasil — reconhecido internacionalmente por sua tradição de ampla participação social na construção dos seus planos de governo aberto —, essa iniciativa representa mais uma oportunidade de **aproximar a população**, fortalecer o debate público e contribuir para a **qualificação das políticas e serviços governamentais**.

O **Diálogo com a Sociedade** também exerce um papel central tanto na implementação quanto no monitoramento do **6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto**, que é composto pelos seguintes compromissos:

- Compromisso 1: Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura;
- Compromisso 2: Dados para o Enfrentamento Coletivo da Corrupção;
- Compromisso 3: Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia (ciência aberta);
- Compromisso 4: Cultura de Acesso à Informação;

---

<sup>1</sup> Padrões de Participação e Cocriação da OGP: <https://www.opengovpartnership.org/ogp-participation-co-creation-standards/>



- Compromisso 5: Dados de Ações Afirmativas Étnico-Raciais;
- Compromisso 6: Educação Digital e Midiática para Pessoas Idosas;
- Compromisso 7: Melhores Serviços para a Agricultura Familiar;
- Compromisso 8: Participação social e educação popular nos territórios.

Destaca-se que o monitoramento dos compromissos é realizado de forma colaborativa entre:

- o **governo**, representado pelo [Comitê Interministerial de Governo Aberto \(CIGA\)](#), e
- a **sociedade civil**, representada pelo [Grupo de Trabalho \(GT\) da Sociedade Civil](#).

Já a implementação dos compromissos é conduzida pelos atores — tanto governamentais quanto da sociedade civil — que participaram do processo de cocriação do 6º Plano. Esses agentes estão comprometidos com a entrega de resultados concretos nas [diversas áreas temáticas](#) contempladas no plano.

Para contextualizar os leitores, a seção seguinte apresentará, em linhas gerais, todas as edições. Em seguida, este relatório trará os detalhes do 3º Diálogo com a Sociedade Civil, ocorrido em 04 de julho de 2025 de forma híbrida.

## Sobre as edições dos Diálogos com a Sociedade Civil

A **primeira edição do Diálogo com a Sociedade Civil**<sup>2</sup> foi promovida pela **Controladoria-Geral da União (CGU)**, em colaboração com o **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil**, por meio de dois encontros virtuais realizados nos dias **20 e 21 de agosto de 2024**, com cerca de 50 participantes em cada dia. Estiveram presentes representantes de diversas organizações da sociedade civil e de órgãos governamentais. As interações foram bastante positivas e alcançaram o objetivo de **aproximar governo e sociedade**, além de **identificar oportunidades de melhoria e de novas parcerias**.

A **segunda edição** do Diálogo<sup>3</sup> adotou um formato inovador: foram instalados **oito painéis interativos**, cada um dedicado a um compromisso do 6º Plano de Ação,

<sup>2</sup> Relatório do 1º Diálogo com a Sociedade Civil: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro/relatorios/relatorio-dialogo-com-a-sociedade-civil-2014-6deg-plano-de-acao-nacional-da-ogp-2-2.pdf>

<sup>3</sup> Relatório do 2º Diálogo com a Sociedade Civil: [https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro/relatorios/relatorio-dialogo-com-a-sociedade-civil-2014-6deg-plano-de-acao-nacional-da-ogp\\_revisao-1.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro/relatorios/relatorio-dialogo-com-a-sociedade-civil-2014-6deg-plano-de-acao-nacional-da-ogp_revisao-1.pdf)



com o objetivo de promover a compreensão e estimular a participação do público. Essa edição priorizou o uso de **facilitação gráfica** e de uma **linguagem simples e acessível** para apresentar os compromissos. A atividade foi realizada durante o evento internacional **América Aberta**, entre os dias **3 e 6 de dezembro de 2024** e contou com o público de 1200 pessoas. Estavam no evento representantes de organizações internacionais dedicadas ao estudo e à promoção de ações de governo aberto em diferentes regiões do mundo.

A **terceira edição do Diálogo com a Sociedade Civil** ocorreu em um contexto de grande relevância para o Brasil na agenda internacional de governo aberto. O encontro marcou o encerramento da **visita da comitiva da Parceria de Governo Aberto (OGP) ao país** e foi realizado em **4 de julho de 2025**, com a participação de 115 atores, tanto de forma virtual quanto presencial, na sede da CGU.

Nas seções a seguir, serão apresentados os principais registros e destaques do 3º Diálogo com a Sociedade Civil, bem como as **contribuições recebidas dos participantes** e suas **respectivas devolutivas**.

### 3º Diálogo com a Sociedade Civil

O 3º Diálogo com a Sociedade Civil foi uma edição promovida no contexto da visita da Comitiva da Parceria para Governo Aberto (OGP) ao Brasil. Essa visita marcou a preparação do Brasil para assumir, em outubro de 2025, o posto de copresidente da OGP, na Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto, na Espanha.

Estar na posição da copresidência proporciona ao Brasil espaço para apresentar as perspectivas e experiências do Sul Global, manter um forte compromisso com a democracia e promover temas-chave de interesse do governo brasileiro.

A visita da comitiva da OGP ocorreu entre os dias 1 e 4 de julho. O encontro buscou fortalecer o diálogo da OGP com representantes do governo e da sociedade civil, expandindo assim as oportunidades de colaboração e troca de experiências.

Realizar a 3ª edição do Diálogo com a Sociedade Civil, nesse contexto, foi uma oportunidade para dar mais visibilidade para as ações brasileiras no âmbito do 6º Plano de Ação Nacional, bem como para adquirir experiências e contribuições dos atores que compuseram a comitiva.

A 3ª Edição ocorreu no último dia dessa intensa semana de atividades. Contou com as reflexões já iniciadas e outras, solidificadas a partir do debate dos participantes das reuniões que antecederam o encontro.

A metodologia adotada no 3º Diálogo com a Sociedade Civil foi similar à da primeira edição, com alguns ajustes. Na 3ª edição, o encontro se concentrou em um único dia, e cada coordenador dos oito compromissos apresentou os pontos mais



relevantes das atividades desenvolvidas no âmbito do 6º Plano de Ação. A referida exposição possibilitou maior sinergia entre participantes e conexão entre as diferentes temáticas apresentadas. Constituiu, ainda, um prolífico espaço para a troca de boas práticas e experiências.

Em linhas gerais, cada coordenador<sup>4</sup> apresentou os seguintes pontos sobre o compromisso:

- objetivo;
- relação com a política pública;
- oportunidades;
- desafios;
- principais resultados; e
- possibilidade de colaboração.

Durante e após a apresentação dos oito compromissos, os participantes foram convidados e estimulados a contribuir com sugestões, dúvidas e compartilhamento de experiências.

A interação foi feita por meio de *chat* da Plataforma *Teams* e/ou de formulário eletrônico também encaminhado inicialmente pelo *chat*.

Após o encontro, o formulário ficou disponível para contribuições por mais 14 dias. A equipe da Controladoria-Geral da União realizou divulgação por *e-mail* desse canal para que mais pessoas pudessem participar com suas contribuições.

Confira, a seguir, um panorama dos compromissos assumidos pelo Brasil:

## Apresentações dos Coordenadores de Compromisso

### *Compromisso 1: “Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura”*

#### **Objetivo:**

Criar, aprimorar e disseminar mecanismos que possibilitem a transparência, o engajamento e a participação social efetiva e qualificada em todas as fases do ciclo de políticas públicas de infraestrutura: priorização de problemas, análise de soluções alternativas, detalhamento e execução de planos e projetos.

#### **Principais Questões:**

---

<sup>4</sup> Esses pontos foram sugestivos, mas cada coordenador adaptou sua apresentação a partir do que considerou mais pertinente.



- Falta de transparência na elaboração de políticas de infraestrutura
- Linguagem técnica e comunicação fragmentada
- Ausência de espaços institucionalizados para a participação cidadã

#### **Causas:**

- Fragmentação de dados entre órgãos e plataformas: Obras.Gov, Comprasgov, Portal da Transparência, Website - Novo PAC
- Falta de consenso sobre quais informações devem ser compartilhadas
- Acesso limitado às fases iniciais de tomada de decisão

#### **Participantes:**

Controladoria-Geral da União (CGU)  
 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)  
 Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)  
 Ministério dos Transportes (MT)  
 Ministério de Minas e Energia (MME)  
 Ministério do Meio Ambiente (MMA)  
 Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)  
 Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT  
 Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP)  
 Instituto de Energia e Ambiente (IEMA)  
 GT Infraestrutura (GT Infra)  
 Instituto Socioambiental (ISA)  
 Transparência Internacional Brasil  
 Iniciativa de Transparência de Infraestrutura (CoST)

#### **Marcos do Compromisso 1**

Marco		Status	
1	[CGU + IEMA] Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório dos investimentos em infraestrutura	Em andamento: executado	40%
2	[CGU] Propor alterações regulatórias que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas não prevista ou insuficiente	Em andamento: executado	30%
3	[MGI] Aprimorar o "Obras.Gov" para que inclua, de forma atualizada, todos os projetos federais de infraestrutura e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento	Em andamento: executado	60%



4	[MGI] Realizar ações de mobilização e formação para garantir que o "Obras.Gov" seja devidamente preenchido e atualizado	Em andamento: 30% executado
5	[MGI] Criar um espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aprimoramento dos planos e projetos de investimento em infraestrutura	Em andamento: 30% executado
6	[Transparência Internacional] Apresentação de proposta de melhoria da transparência e do controle social dos investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) ao Comitê Gestor (CGPAC)	Concluído: 100% executado
7	[CGU] Dialogar e sensibilizar gestores públicos sobre linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura	A iniciar -
8	[SG/PR] Desenvolver iniciativas de capacitação e engajamento em transparência e participação social	A iniciar -
9	[Transparência Internacional] Levantar recomendações e boas práticas para transparência de infraestrutura, incluindo diretrizes, bancos de dados e categorias de informações, e realizar um diagnóstico do estado atual da transparência de infraestrutura no governo federal	Em andamento: 50% executado

## Principais Resultados:

### Marcos 1 e 2

- Workshop “Planejamento Estratégico no Setor de Transportes: Caminhos para a Sustentabilidade com Transparência e Participação Social” (set. 2024);
- Grupo focal sobre transparência e participação social na elaboração do Plano Nacional de Logística - PNL 2050 (nov. 2024)
- Relatório "PNL 2050: Propostas para Transparência e Participação Pública” (nov.2024)
- Reunião Grupo Focal no âmbito do PNL 2050: Sociobiodiversidade (jun. 2025).

### Marco 3

- Elaboração e implementação de Plano de Trabalho para melhorar e evoluir o "Obrasgov.br"
- 26 propostas de melhoria (plataforma e dashboard), com 14 concluídas: Filtro específico para Novo PAC – Painel Campo para informar o motivo da ausência de estudo de viabilidade – Plataforma
- Novas bases de dados georreferenciais: assentamentos rurais, traçado de rios, biomas - Em andamento.



### **Marcos 6**

-Nota Técnica "Recomendações sobre Transparência e Participação Social para o Novo PAC “.

### **Marco 9**

-Levantamento de iniciativas e legislações relacionadas à transparência e participação social na infraestrutura do governo federal em maio e junho de 2014 (participação de 4 órgãos: MT, MGI, MDR e MME).

### **Desafios**

- Diminuição da assimetria de informações com base na centralização e disponibilidade de dados em transparência;
- Aumento do controle social e da responsabilização dos atores formuladores/implementadores;
- Ampliação da participação social nas fases de busca de alternativas, no processo de tomada de decisão e priorização de investimentos;
- Impacto no planejamento de longo prazo, associado à agenda socioambiental.

### *Compromisso 2: “Dados para o Enfrentamento Coletivo da Corrupção”*

#### **Objetivo:**

Identificar e promover a abertura, o uso e a melhoria de qualidade de dados estratégicos para prevenção, detecção e combate à corrupção, com a participação da sociedade.

#### **Relação com as Políticas Públicas:**

O compromisso está diretamente relacionado a diversas políticas públicas voltadas ao combate à corrupção, funcionando como um instrumento de fortalecimento, integração e operacionalização prática dessas políticas.

#### **Participantes:**

Advocacia-Geral da União (AGU)  
Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (IBRACEM)  
Instituto Ethos  
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)  
Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)  
Pacto Global



## Marcos do Compromisso 2:

Marco		Status
1	Mapear demandas: 1) Identificar atores relevantes / interessados da sociedade/ do governo e seus papéis; 2) Levantar perguntas que esses atores querem responder; 3) Priorizar perguntas; 4) Identificar dados e informações existentes e necessários (para responder às perguntas priorizadas)	Em andamento: 90% executado
2	Catologação de dados estratégicos para o enfrentamento da corrupção	Em andamento : 30% executado
3	Realizar e divulgar diagnósticos periódicos da qualidade dos dados mapeados e priorizados como estratégicos que estejam disponíveis	Em andamento : 50% executado
4	Plano de abertura e melhoria de dados estratégicos do governo federal para o enfrentamento da corrupção	Em andamento: 20% executado
5	Programa de divulgação, capacitação e sensibilização da sociedade e do setor privado quanto aos dados estratégicos	A iniciar
6	Programa de capacitação e sensibilização dos gestores da administração pública para a gestão de dados	Em andamento: 30% executado
7	Ação de incentivo ao cadastramento de reuso dos dados	Em andamento : 70% executado

## Desafios:

Considerando as várias frentes a serem trabalhadas, a multiplicidade de atores envolvidos e a limitação do escopo para atuação dos integrantes do compromisso, o maior desafio é estruturar processos que permitam decisões informadas (com base em dados, evidências confiáveis, conhecimento técnico e análise crítica), participação qualificada e implementação adaptável, com foco na geração de valor público.

## Oportunidades:

- Integração interinstitucional e governança colaborativa;
- Engajamento social e escuta ativa;
- Incremento de mecanismos e estruturas que viabilizem o melhor uso dos dados;
- Desenvolvimento de capacidades institucionais e formação contínua.



## **Principais Resultados:**

O compromisso vem cumprindo sua função estruturante de melhorar a governança dos dados públicos relacionados à integridade, além de criar condições para que sociedade e Estado atuem de forma mais articulada, informada e efetiva no enfrentamento à corrupção.

Houve diálogo entre órgãos públicos e entidades da sociedade civil para mapear perguntas críticas, organizar bases de dados e orientar esforços para qualificação e reúso das informações. Houve também avanço na identificação, abertura e qualificação de dados estratégicos para a transparência e o controle social da corrupção, bem como progresso na transparência de conjuntos de dados estratégicos para o combate à corrupção.

## **Possibilidade de Colaboração:**

A metodologia colaborativa promove oportunidades para a realização de trabalho com temas de impacto relevante, possibilitando a geração de entregas positivas.

## *Compromisso 3: Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia (ciência aberta)*

### **Objetivo:**

Promover práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reprodutíveis para acelerar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e ampliar seu impacto social.

### **O que é Ciência Aberta?**

A Ciência Aberta é um movimento global que propõe mudanças estruturais na forma como o conhecimento científico é produzido, organizado, compartilhado e reutilizado. É um novo modo de fazer ciência, mais colaborativo, transparente, sustentável, no qual dados de pesquisa e processos de pesquisa estão disponíveis gratuitamente, em termos que permitem a reutilização, a redistribuição e a reprodução da pesquisa, de seus dados e de métodos subjacentes. Ela depende da articulação entre diferentes instituições e da construção de uma infraestrutura nacional de dados.

## **Relação com as Políticas Públicas:**

**Recomendações da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Livro Violeta – 5ª CNCTI)**



**Estratégia Nacional** de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) – em elaboração.

**Agenda 2030:** Objetivo 9.5 – Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

#### **Participantes:**

Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)  
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)  
Ministério da Defesa (MD)  
Rede Brasileira para Educação e Pesquisa (RNP)  
Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC)  
Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)  
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)  
Rede Brasileira de Reprodutibilidade (RBR)  
SciELO - Scientific Electronic Library Online  
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)  
Global Open FAIR (GO FAIR Brasil)

#### **Marcos do Compromisso 3:**

Marco	Status	
1	Inclusão da pauta de colaboração, transparência e reprodutibilidade da ciência na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI), por meio das conferências nacionais (CNCTI)	Parcialmente concluído (3 conferências livres + recomendações da 5ª CNCTI); ENCTI em elaboração
2	Realização de debate sobre a temática do compromisso na comunidade científica para subsidiar a elaboração de diretrizes nacionais para a ciência aberta	Em andamento (debates realizados e a realizar)
3	Identificação de áreas, temas e tecnologias estratégicas e críticas para a autonomia tecnológica do país	Concluído (Portaria GM-MD nº 1.112/2024, com 33 áreas de interesse da defesa nacional)
4	Elaboração de proposta de como incorporar práticas abertas nos critérios de avaliação de pesquisadores e instituições, a partir do 5º Plano de Ação Nacional	Em andamento (proposta preliminar em discussão)



5	Identificar ações orçamentárias já existentes que possam vir a dar suporte à ciência aberta, propondo a criação de planos orçamentários	Em andamento (ações identificadas)
6	Implementação de ferramentas de monitoramento de práticas de ciência aberta	Em andamento (Observatório de Ciência Aberta do Brasil – OCABr iniciado no 5º Plano; 66% concluído)
7	Elaboração da política de Ciência Aberta do país aderente à Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI)	Em andamento (Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia em elaboração)
8	Elaboração de plano de ações integradas para operacionalização de práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reprodutíveis	A iniciar
9	Desenvolvimento de ações de sensibilização para atores relevantes relacionados ao Compromisso 3	Em andamento
10	Realizar estudos sobre infraestruturas de suporte à ciência aberta.	Publicado livro “Infraestruturas de Suporte à Ciência Aberta”, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2025
11	<i>Identificação da presença da Ciência Aberta nas iniciativas existentes para fixar e apoiar a permanência de pesquisadores brasileiros no país e para repatriar pesquisadores</i>	Marco excluído* *O Ministério da Defesa, como coordenador do marco, solicitou a exclusão, que foi aprovada por todos os participantes.
12	Elaboração e divulgação de recursos educacionais abertos sobre práticas de pesquisa transparentes, colaborativas e reprodutíveis	Em andamento (proposta de curso online elaborada; tradução, adaptação e divulgação de materiais internacionais a iniciar; divulgação de recursos educativos sob demanda)
13	Criação de mecanismos de incentivos a práticas de ciência aberta (prêmios, <i>hackathon</i> )	Em andamento (Foi articulado lançamento de prêmio)

## Desafios:

- Qual o limite e as regras para a reutilização de dados científicos?
- Qual o prazo de embargo dos dados de pesquisa que culminou com o desenvolvimento tecnológico?
- O compartilhamento de dados pode ocorrer apenas com pesquisadores brasileiros (soberania nacional)?
- Se o pesquisador receber fomento de agências internacionais e elas exigirem o compartilhamento de dados como contrapartida do apoio, qual a orientação política do Brasil para esses casos?
- Como enfrentar a mudança de cobrança do leitor das publicações para cobrança do autor (APC - *Article Processing Charge*)?
- Como incentivar a publicação em periódicos brasileiros (avaliação de pesquisadores, programas e instituições)?



-Como enfrentar a concentração de dados científicos em mãos de grandes corporações?

#### *Compromisso 4: “Cultura de Acesso à Informação”*

##### **Objetivo:**

Fomentar a cultura de acesso à informação e aprimorar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) no país, por meio da articulação e colaboração entre poder público e sociedade.

##### **Relação com as Políticas Públicas:**

A Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 2011, regulamenta o direito constitucional de acessar informações de interesse público ou particular. A lei vale para todos os órgãos e entidades dos três poderes da administração pública da União, estados, DF e municípios, bem como para entidades privadas, no que couber.

Em 2023, foi instituída a Política de Transparência e Acesso à Informação, que compreende a transparência passiva, a transparência ativa e a abertura de dados produzidos e custodiados pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

##### **Participantes:**

Artigo 19  
Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)  
Fiquem Sabendo  
Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas  
Instituto Observatório Político e Socioambiental (OPS)  
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)  
Observatório Social do Brasil (OSB)  
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas (SND/SG)  
Transparência Brasil

##### **Marcos do Compromisso 4:**

Marcos		Status
1	Mapear atores estratégicos do ecossistema da LAI e suas práticas e ferramentas	Concluído
2	Criação da RedeLAI (estruturação da rede de forma colaborativa) <ul style="list-style-type: none"><li>definir incentivos e estratégias para fomentar a adesão</li><li>definir governança e funcionamento da rede</li></ul>	Concluído



	<ul style="list-style-type: none"> <li>identificar modelos de rede, pontos fortes e fracos</li> </ul>	
3	Estruturar materiais de capacitação sobre a LAI para entes federados	Em andamento
4	Sistematizar entendimentos sobre a aplicação da LAI no governo federal	Em andamento
5	Repositório de boas práticas e ferramentas dos atores	Em andamento
6	Desenhar modelo de monitoramento colaborativo	Em andamento
7	Diagnóstico comparativo de desafios semelhantes na aplicação da LAI entre os poderes	Não iniciado
8	Realizar diagnóstico sobre a implementação da LAI por estados e municípios	Em andamento
9	Disseminar entendimentos sobre a aplicação da LAI na Rede Nacional com o objetivo de consolidar orientações consensuadas	Não iniciado
10	Disseminar recursos de educação cidadã	Não iniciado
11	Incluir itens de cumprimento da LAI no Índice de Governança e Gestão	Em andamento
12	Guia de referência em transparência ativa para estados, municípios e Distrito Federal	Não iniciado
13	Campanha sobre acesso à informação, transparência e cidadania	Não iniciado

#### **Desafios:**

- Resistência a uma cultura de acesso;
- Capacidade técnica e recursos limitados;
- Diferentes estágios de implementação da Lei de Acesso à Informação em órgãos e entidades de diferentes Poderes e entes federados;
- Falta de conhecimento da sociedade sobre a Lei e seu uso;
- Frágil democratização do acesso à informação.

#### **Oportunidades:**

- Relevância do tema para a sociedade brasileira;
- Marco normativo robusto;
- Estágio avançado de políticas de transparência e de participação social no Brasil;
- Sociedade civil especializada no tema;
- Atuação articulada entre órgãos e entidades para superar limitações.

#### **Principais Resultados:**

- Criada em 2024 e estruturada entre 2024 e 2025, a RedeLAI agrega, até o presente momento, 44 estados, municípios e entidades da sociedade civil;



- Publicação de materiais de capacitação e orientação;
- Avanço do diagnóstico em estados e municípios.

### *Compromisso 5: “Dados de Ações Afirmativas Étnico-Raciais”*

#### **Objetivo:**

Produzir, tratar e disponibilizar dados de ações afirmativas étnico-raciais padronizados e de qualidade, de forma colaborativa e em catálogo único.

#### **Relação com as Políticas Públicas:**

- Dados étnico-raciais como base para políticas afirmativas;
- Integração intersetorial das políticas públicas: cruzar dados de educação, trabalho, saúde e outros para soluções mais completas;
- Regulação e institucionalização: apoiar marcos legais e regulatórios, como cotas, currículo escolar e concursos públicos;
- Garantia de que o combate ao racismo seja transversal, permanente e baseado em evidências.

#### **Participantes:**

Controladoria-Geral da União (CGU)  
 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)  
 Escola Nacional de Administração Pública (Enap)  
 Senado Federal  
 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)  
 Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (CEDRA)  
 Instituto da Mulher Negra (Geledés)  
 Instituto Alana  
 Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE)  
 Grupo de Pesquisa Politeia - Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)  
 Instituto Ethos

#### **Marcos do Compromisso 5**

Marco		Status
1	Mapear o ecossistema de dados étnico-raciais	Concluído
2	Mapear as necessidades de informação do ecossistema	Não iniciado



3	Construir modelo de referência para dados étnico-raciais para ações afirmativas	Concluído
4	Propor modelo de referência ao Comitê Central de Governança de Dados (CCGD)	Em andamento
5	Adaptar 'dados.gov.br' para melhor catalogar, identificar e apresentar dados raciais	Concluído
6	Articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para aumentar oferta de dados	Não iniciado
7	Orientação normativa sobre os padrões de abertura de dados de universidades, institutos federais em transparência	Não iniciado
8	Base-piloto de integração de dados	Não iniciado
9	Guias de orientação sobre ação afirmativa para Institutos Federais, órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta	Em andamento
10	Realizar avaliação sobre a implementação das ações afirmativas	Em andamento
11	Capacitar agentes públicos para coleta, tratamento e análise de dados étnico-raciais	Concluído
12	Articular para a inclusão de módulo sobre cotas nos concursos e nos sistemas estruturantes do governo federal	Concluído
13	Estratégia de divulgação do 'dados.gov.br'	Concluído
14	Guia de orientação de boas práticas para produção, coleta e disponibilização de dados para bancas de heteroidentificação	Não iniciado
15	Criação de um programa de dados de ações afirmativas com permissão de adesão de estados e municípios, via termo de adesão, ofertando capacitação técnica e fomentando a formação de uma rede interfederativa de boas práticas	Não iniciado
16	Ações de incentivo e promoção à divulgação de dados sobre ações afirmativas raciais no setor privado	Não iniciado
17	Ações de estímulo para a disponibilização e uso de dados sobre políticas afirmativas	Não iniciado
18	Polos avançados de ações afirmativas em cada região para padronização dos dados	Não iniciado
19	Elaboração e aplicação do plano de monitoramento da implementação da Lei nº 10.639/2003 (torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira em todas as escolas) nos municípios, considerando informações de orçamento, equipes, regulamentação e divulgação de boas práticas	Não iniciado



20	Estabelecer indicadores de qualidade para os dados étnico-raciais na educação	Não iniciado
----	---	--------------

## Principais Resultados:

### Marco 3 e 4 - Título: Modelo de Referência de Dados Étnico-Raciais

#### Conteúdo:

- Marco 3: Construção de modelo com base na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (raça/cor)
- Marco 4: Apresentação da minuta ao Comitê Central de Governança de Dados (CCGD)
- Avanço:** Proposta alinhada aos padrões oficiais da Administração Pública Federal
- Desafio:** Ausência de padronização e integração entre bases

### Marco 10 - Título: Avaliação das Cotas no Serviço Público (2014–2024)

#### Conteúdo:

- Parceria: Ministério da Igualdade Racial (MIR) + Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
- Estudo técnico inédito sobre a Lei nº 12.990/2014;
- Análise de editais + dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)
- Subsídios para aperfeiçoamento da política de cotas.

### Marco 19 (A iniciar) - Título: Monitoramento da Educação Antirracista

#### Conteúdo:

- Cooperação em construção: Ministério da Igualdade Racial (MIR) + Instituto Alana
- Foco: Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08
- Objetivos:
  - Plano de monitoramento com base em evidências e boas práticas
  - Articulação com municípios e sociedade civil

## Compromisso 6 “Educação Digital e Midiática para Pessoas Idosas”

### Objetivo:



Definir, de forma intersetorial e participativa, um referencial curricular para a educação digital e midiática da pessoa idosa, cuja implementação possa ser monitorada e avaliada, garantindo seu protagonismo, cuja implementação possa ser monitorada e avaliada.

#### **Relação com as Políticas Públicas:**

##### **Participantes:**

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)  
Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)  
ASHOKA  
Defensoria Pública da União (DPU)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí  
Instituto MetrÓpole Digital/Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Instituto Palavra Aberta  
Ministério da Educação (MEC)  
Universidade de Pernambuco (UPE)  
Safer Net Brasil  
Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR)

##### **Marcos**

Marco		Status
1	Criar um grupo de trabalho para coordenar e articular o mapeamento de referências, entidades e iniciativas	Concluído
2	Mapear referências acerca de habilidades para educação digital e midiática, e metodologias para participação efetiva de pessoas idosas	Concluído
3	Mapear entidades e especialistas com expertise e possível interesse em colaborar na criação do currículo	Concluído
4	Criar e publicar um repositório online de materiais sobre educação digital e midiática para pessoas idosas	Concluído
5	Definir metodologia do processo de participação efetiva de pessoas idosas, garantindo diversidade regional, de gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência, perfis socioeconômicos e perfis de uso de tecnologia	Concluído
6	Criação de versão preliminar do currículo, garantindo a participação/escuta de pessoas idosas	Em andamento
7	Consulta pública da versão preliminar do currículo	Não iniciado
8	Publicação da versão final do currículo	Não iniciado
9	Criar um evento/campanha de lançamento do currículo	Não iniciado



10	Implementar o referencial curricular na política de enfrentamento ao analfabetismo do MEC	Não iniciado
11	Criar um kit de conteúdos para disseminar o currículo para multiplicadores/as, entidades (governos, setor privado, sociedade civil, movimentos sociais), pessoas idosas, escolas	Não iniciado
12	Criar um curso de formação para multiplicadores/as, com o objetivo de implementar o currículo e disseminar competências e habilidades com população de pessoas idosas	Não iniciado
13	Estabelecer instrumentos/metodologias para avaliação qualitativa e de impacto das ações	Não iniciado

### Desafios:

- A garantia de que o referencial curricular para a educação digital e midiática possa abarcar as diferentes realidades das pessoas idosas do país, em especial as pessoas idosas não alfabetizadas, as pessoas com deficiência, as pessoas dos campos, águas e florestas, dentre outras populações;
- A produção de um documento que seja referência nacional, sem aporte financeiro, e a garantia do cumprimento dos prazos pelos colaboradores;
- A atualização dos conteúdos ao longo do tempo, tendo em vista os rápidos avanços tecnológicos.

### Oportunidades:

- Encontro dos diferentes atores que desenvolvem ações no âmbito da educação digital e midiática para pessoas idosas para troca de informações;
- Articulação com as políticas públicas que estão em desenvolvimento;
- Estabelecimento de uma diretriz nacional para o desenvolvimento de ações voltadas para a educação digital e midiática para as pessoas idosas.

### *Compromisso 7: “Melhores Serviços para a Agricultura Familiar”*

### Objetivo:

Avaliar, aprimorar e ampliar o acesso aos serviços do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com o foco nos usuários.

### Relação com as Políticas Públicas:

O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) foi o serviço escolhido para servir como base da melhoria dos demais serviços ofertados pelo MDA.



A inscrição no CAF é requisito básico para obtenção do acesso às diversas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

Beneficiários: agricultores familiares, e atividades específicas como: pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, extrativistas, Povos tradicionais e específicos, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), formas associativas da agricultura familiar (Empreendimentos Familiares, Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar).

### Participantes:

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)  
Associação Brasileira de Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa e Regularização Fundiária (ASBRAER)  
Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)  
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)  
Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF)  
Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser/ Rede EMATER)  
Escola Nacional de Administração Pública (Enap)  
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)  
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)  
Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA)  
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar/ Confederação Nacional de Agricultura (CNA)

### Marcos do Compromisso 7:

Marco		Status
1	Avaliação inicial dos serviços de forma participativa	Concluído
2	Novo(s) ciclo(s) de avaliação(ões)	Em andamento
3	Elaboração do Plano de Monitoramento e Avaliação	Em andamento
4	Realização de diagnóstico (pesquisa com usuários e análise heurística) e eventual redesenho do sistema do CAF) por meio de parceria com o Laboratório de Qualidade (LABQ) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)	Em andamento



5	Aprimoramento da comunicação na carta de serviços	Em andamento
6	Integração de dados com: <ul style="list-style-type: none"> <li>• BCNPJ e BCPF</li> <li>• Dataprev</li> <li>• CONECTA.GOV</li> <li>• CEP</li> </ul>	Concluído
7	Plano de capacitação para colaboradores e usuários de serviços (CAF), considerando especificidades	Em andamento
8	Acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações	Em andamento
9	Aprimoramento do CAF (CAF 3.0)	Concluído
10	Integração de todos os serviços do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar MDA à API de avaliação de satisfação dos usuários	Concluído

#### **Desafios:**

- Articulação com atores externos, principalmente da sociedade civil;
- Articulação interna no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) – priorização de demandas;
- Limitação orçamentária e de pessoal para execução e acompanhamento dos marcos.

#### **Oportunidades:**

- Apoio da alta administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA);
- Disseminação do 6º Plano OGP;
- Aprimoramento do serviço do Cadastro Nacional de Agricultura Familiar, com envolvimento de diversas percepções do serviço, para além do órgão regulador, tais como usuários e entidades da sociedade civil;
- Parcerias estabelecidas com outros órgãos da administração pública;
- Fortalecimento da transparência e do controle social.

#### **Principais Resultados:**

- Avaliação do serviço Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), a partir da participação de usuários;



-Lançamento do sistema CAF 3.0, com modernização do sistema, integração com outras bases do governo, acesso público mais detalhado, expansão da rede parceira emissora do cadastro, para facilitar o acesso de agricultores familiares;

-Oferta de capacitações, com lançamento do curso Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF 3.0), na plataforma da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro);

-Integração de serviços digitais à API de avaliação de satisfação dos usuários, disponibilizada pelo MGI;

-Início do processo de revisão da Carta de Serviços do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com orientações para uso de linguagem simples, considerando o público-alvo das políticas e programas do órgão.

#### **Possibilidade de Colaboração:**

-Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI):por meio do Laboratório de Qualidade (LabQ) para a execução do Marco 4-(realização de diagnóstico (pesquisa com usuários e análise heurística) e eventual redesenho do sistema do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) por meio de parceria com o LabQ;

-Escola Nacional de Administração Pública (Enap):via parceria para realização de oficinas que possibilitarão a execução do Marco 2: ovo(s) ciclo(s) de avaliação(ões)servirão de base para a execução dos Marcos 3 e 8;

Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) – como coordenadora do Marco 3 - Elaboração do Plano de Monitoramento e Avaliação;

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – por meio do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas em Situação de Rua (OBPop/POLOS-UFMG), como coordenador do Marco 8 (acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações).

#### *Compromisso 8: “Participação social e educação popular nos territórios”*

#### **Objetivo:**

Estabelecer uma rede colaborativa de formação de agentes territoriais para potencializar a participação social com educação popular, digital e midiática, promovendo territórios saudáveis e sustentáveis.

#### **Relação com as Políticas Públicas:**



O processo de cocriação propõe marcos de grande convergência com a política de participação social em implementação pela Secretaria Nacional de Participação Social nas políticas públicas do Governo Federal (**SNPS/SG/PR**), tanto no diagnóstico dos problemas a serem enfrentados, quanto nas propostas de atuação, como observaremos nos marcos a seguir.

#### **Participantes:**

Ministério da Saúde (MS)  
 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)  
 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)  
 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)  
 Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)  
 Escola Nacional Paulo Freire  
 Escola da Contag (Enfoc)  
 Rede Brasileira de Orçamento Participativo (OIDP)  
 Angola Comunicação  
 Nossas  
 Coalizão Direitos na Rede  
 Instituto Palavra Aberta

#### **Marcos do Compromisso 8:**

Marco		Ação	Status
1	Mapear e integrar/articular as políticas públicas de agentes territoriais para esta agenda	Levantamento	Marco concluído
2	Mapear entidades que atuam na promoção e defesa de direitos e no assessoramento das políticas públicas como forma de identificação territorial para promoção da participação social	mapeamento	Marco concluído
3	Definir/mapear os territórios saudáveis/sustentáveis	mapeamento	Em andamento
4	Mapear movimentos e práticas de educação popular nos territórios	mapeamento	Marco concluído
5	Articular os movimentos sociais, sindicais e populares para as ações do Plano de Ação de Governo Aberto	articulação	Em andamento
6	Articular rede aberta e colaborativa para formação de agentes territoriais	articulação	Não iniciado
7	Realizar encontros com organizações, instituições e movimentos sociais que atuam com educação popular	articulação	Marco concluído



8	Elaborar diretrizes e propor ações comuns para formação de agentes territoriais com educação popular, digital e midiática	formação	Não iniciado
9	Promover formações em educação e letramento crítico, midiático e digital em territórios	formação	Não iniciado
10	Realizar processos formativos de participação popular com fortalecimento da democracia em territórios	formação	Não iniciado
11	Construir campanha de comunicação que reforce processos de participação popular já existentes	mobilização	Não iniciado
12	Construir um mutirão nacional com participação e mobilização social	mobilização	Não iniciado
13	Monitorar e acompanhar as ações implantadas	monitoramento	Em andamento

### Desafios:

Os marcos de mapeamento foram ações muito centradas na atuação do poder público. Ainda que os encontros com educadores populares e a mobilização dos fóruns de participação social tenham envolvido atores da sociedade civil, manter a mobilização das organizações que monitoram o plano é um desafio, sobretudo diante das demandas concorrentes.

### Oportunidades:

As informações já produzidas a partir dos mapeamentos e das ações de articulação consolidam um conjunto relevante de informações para ações de mobilização de educadores populares, movimentos sociais e organizações da sociedade civil em torno da promoção da participação social.

### Principais Resultados:

- Identificar políticas e iniciativas da administração pública federal que possam apoiar a ampliação da territorialização da participação social;
- Identificar territórios de concentração da atuação dos movimentos sociais, das redes de educação popular e da presença de formadores;
- Receber contribuições relevantes para a construção do Marco de Referência da Educação Popular nas Políticas Públicas e para a Política de Participação Social.

### Possibilidade de Colaboração:



Nos marcos previstos para as próximas etapas (atividades formativas e mobilização) esperamos contar com movimentos e organizações da sociedade civil para o debate sobre as pautas formativas e sobre orientações para a atuação dos agentes territoriais de políticas públicas.

A respeito da mobilização, a expectativa é pensarmos estratégias de promoção da participação social, ampliando a compreensão tanto sobre as instâncias e mecanismos de participação institucional quanto sobre as dinâmicas da organização coletiva e autônoma, bem como sobre as formas de reivindicação que historicamente atuam de fora para dentro da administração pública.

## Contribuições ao Formulário

No encontro, a CGU disponibilizou formulário eletrônico para que os participantes pudessem incluir suas contribuições durante e após o evento. Os comentários deveriam ser direcionados a algum compromisso, sem limite de contribuições. Dessa forma, o mesmo participante poderia incluir comentários para mais de um compromisso.

Após o evento, o formulário permaneceu disponível por mais 14 dias, sendo encerrado no dia 18 de julho de 2025.

Os coordenadores de compromissos foram convidados a fornecer devolutiva referente às contribuições relacionadas aos temas pelos quais eram responsáveis.

As contribuições e respectivas devolutivas estão na tabela a seguir:

Compromisso	Contribuição	Devolutiva
<b>Compromisso 3</b>	<b>Descrição da proposta:</b> Estabelecer uma diretriz nacional para ser adotada nas Universidades, para que os alunos de PG iniciantes depositem os dados das teses apresentadas. Há dois aspectos importantes nesta prática: educar os novos futuros pesquisadores, e preservar os dados dos trabalhos apresentados; estabelecer nos PPG pelo menos a apresentação de duas publicações em periódicos de AA na finalização da tese. Penso que caberia no compromisso 2	Resposta da coordenação do compromisso:  Agradecemos muito a sua contribuição. De fato, uma das entregas previstas no Compromisso 3 é uma proposta de Política Nacional de Ciência Aberta. No âmbito dessa política, teremos que considerar aspectos que têm relação com ações concretas e se estas poderão estar presentes no texto ou deverão ser objeto de regulamentação específica em cada órgão envolvido. Entretanto, para implementar a sua sugestão, alertamos há que se considerar a criação de infraestruturas, como repositórios de publicações e repositórios de dados, em todas as Instituições de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa, que possuem cursos de pós-graduação, brasileiros. O Compromisso 3, de fato, busca avançar na implementação da Ciência Aberta no Brasil e



	<p>(operacionalização de práticas científicas) ou 3 (conscientização de atores relevantes...)</p> <p><b>Comentários adicionais:</b> Muito otimista, de ver que estamos saindo de um "movimento" para estabelecer uma política nacional de ciência aberta e talvez elaborar uma LEI! Neste Instituto de pesquisas, disponibilizamos dois repositórios: um de publicações e outro de dados científicos. O Rep de publicações está funcionando há 10 anos e se tornou um instrumento de gestão de conhecimento com produção de indicadores científicos, entretanto ao instalar o Rep de dados científicos observamos uma grande "resistência" por parte dos produtores de dados, apesar de ter utilizado amplamente os mecanismos de motivação. Há vários fatores que interferem nesta situação, entretanto observamos também que um dos fatores críticos que contribuiria significativamente para a consolidação da CA, seria investir na geração em preparação, uma diretriz nacional (da Capes e/ou de órgão autorizado de fomento à pesquisa) que regulamentasse a adoção de práticas de CA se integraria aos protocolos de pesquisa. É verdade que se trata de uma ação com resultados a médio prazo, mas se não iniciar em algum momento.... obrigada!!</p>	<p>contribuições como a sua são fundamentais. Uma vez mais, muito obrigada!</p>
<p><b>Compromisso</b> 8</p>	<p><b>Descrição da proposta:</b> Capacitação via canal estatal, difusão em redes sociais, gamificação.</p> <p><b>Comentários adicionais:</b> Alguns pontos para serem considerados</p>	<p>Resposta da coordenação do compromisso:</p> <p>Sobre capacitação, a Secretaria Nacional de Participação Social está preparando cursos sobre temas de participação social (cursos sobre conferências, conselhos e Educação popular). Em breve, estarão disponíveis, na plataforma da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), no portal</p>



Brasil Participativo e nas nossas redes sociais institucionais (instagram: @sgpresidencia e @brparticipativo). Além disso, vale a pena indicar os materiais já produzidos pela Secretaria de Comunicação (Secom) sobre educação midiática, alguns deles inclusive produzidos em parceria com organizações da sociedade civil que compõem o Grupo de Trabalho (GT) de monitoramento do compromisso, disponíveis no YouTube: <https://youtube.com/playlist?list=PL2XjnK5q2a-VEb3pHgBPmtYqHKhlXTBF1&si=ZGOop5rV9W5cnQXX>.

Sobre gamificação, ainda não possuímos propostas definidas, mas organizações que atuam com o tema podem se apropriar dos conceitos compartilhados nos processos formativos e desenvolver iniciativas inovadoras. Caso seja este o seu caso, estaremos sempre dispostos a dialogar.

## Conclusão

A 3ª edição do Diálogo com a Sociedade Civil consolida-se como uma iniciativa fundamental de escuta, engajamento e transparência no âmbito da implementação do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto. Realizado no contexto estratégico da visita da comitiva da OGP ao Brasil, o encontro fortaleceu a visibilidade internacional das ações brasileiras, ao mesmo tempo em que promoveu a troca de experiências entre atores governamentais e da sociedade civil.

Além de reforçar o compromisso histórico do Brasil com a participação social, essa edição aprimorou mecanismos de escuta ativa, como a disponibilização de formulário eletrônico para contribuições, o que possibilitou um registro mais estruturado das sugestões e percepções dos participantes. Ainda que o número de contribuições tenha sido limitado, a iniciativa representa um avanço na diversificação dos canais de diálogo, apontando caminhos para ampliar o envolvimento do público nas próximas edições.

A experiência reafirma o papel do Diálogo com a Sociedade como um espaço estratégico de monitoramento, transparência e construção coletiva, contribuindo não apenas para a qualificação da implementação dos compromissos do 6º Plano, mas também para o fortalecimento da cultura democrática e colaborativa na gestão pública.

